

**INQUISI O LUSA EM TERRAS DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS:
DOCUMENTA O DA PRIMEIRA VISITA O A PRIMEIRA DÉCADA DO
SÉCULO XVII****PORTUGUESE INQUISITION IN THE LAND OF BAHIA OF ALL SAINTS:
DOCUMENTATION OF THE FIRST VISITING TO THE FIRST DECADE
OF THE 17TH CENTURY***Grayce Mayre Bonfim Souza**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**Orcid: 0000-0003-3542-8202*

Resumo: A documenta o sobre o tema inquisi o tem sido cada vez mais utilizada por pesquisadores que trabalham com a história colonial, pois   um acervo volumoso, muito bem conservado e extremamente rico de informa es não apenas relacionado às a es do Santo Ofício Português, mas pelos testemunhos relacionados   vida cotidiana, as rela es pessoais e familiares, como também os aspectos políticos, econ micos, culturais e religiosos. Pretendemos com o presente artigo mostrar a importância das fontes inquisitoriais para a compreensão do primeiro século de coloniza o na Bahia, sobretudo em rela o aos primeiros processos inquisitoriais, a primeira visita o na América portuguesa e os registros das correspondências trocadas entre inquisidores do Tribunal de Lisboa e autoridades na Bahia na passagem do século XVI para o XVII.

Palavras chave: Santo Ofício portugu s; Bahia colonial; documenta o inquisitorial; primeira visita o

Abstract: Documentation on the inquisition theme has been more used by researchers who work with colonial history, as it is a voluminous collection, very well maintained and extremely rich of information not only related to the actions of the Portuguese Holy Office, but, for the related testimonials of daily life, personal and family relationships, as well as political, economic, cultural and religious aspects. In this article we intend to show the importance of inquisitorial sources for the understanding of the first century of colonization in Bahia, especially in relation to the first inquisitorial processes, the first visitation in Portuguese America, and the records of correspondence exchanged between inquisitors of the Court of Lisbon authorities in Bahia in the transition from the 16th to the 17th century.

Keywords: Portuguese Holy Office, Colonial Bahia, inquisitorial documentation, first visitation

O Tribunal do Santo Ofício português, fundado em 1536,¹ teve atuação no reino e nas suas possessões ultramarinas por quase três séculos, agindo a partir dos tribunais de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa. A América Portuguesa estava submetida à Inquisição de Lisboa, e sua presença efetiva se deu por meio de autoridades religiosas locais (sobretudo bispos, vigários, chantres...) que recebiam instruções do tribunal lisboeta, visitasções inquisitoriais e, a partir do século XVII, com a formação de uma rede de oficiais habilitados pelo Conselho Geral do Santo Ofício composta por Comissários, Familiares, Qualificadores e Notários. Os Comissários eram considerados “os pontas de lança” – hierarquicamente falado, como sendo os mais importantes nas funções inquisitoriais na colônia.

O primeiro processo envolvendo moradores da Bahia correu pouco depois do início efetivo da colonização. Citamos aqui Pero do Campo Tourinho, natural de Viana do Castelo, que foi agraciado por D. João III com a carta de doação da capitania de Porto Seguro. Pero de Campo chegou em 1535, acompanhado por uma comitiva composta de seus familiares, autoridades civis e religiosas, agricultores, oficiais de arte, criados, dentre outros; todos a bordo de duas naus e duas caravelas. Tourinho retorna 11 anos depois para Portugal na condição de prisioneiro do Santo Ofício, e a condução de seu processo na Colônia não foi feita por um agente inquisitorial habilitado e nem mesmo por um delegado pela Inquisição de Lisboa, mas por autoridades civis e religiosas locais – acusado de blasfemar contra Deus, Jesus e não respeitar os dias santos, dentre outras acusações.² Em 17 de setembro de 1547

¹ Desde o reinado de D. Manuel, havia uma busca pelo estabelecimento de um tribunal em Portugal à semelhança do seu congênere da Espanha, mas efetivamente apenas no reinado de D. João III, mais especificamente em 23 de maio de 1536, o papa Paulo III publica a bula *Cum ad nihil magis*, instituindo o Santo Ofício Português. “A criação do Tribunal da fé em Portugal, embora já existisse um antecedente em Castela e Aragão com o estabelecimento do santo ofício em condições semelhantes, é paradoxal: não se trata de uma iniciativa do papa, trata-se de uma iniciativa da Coroa em domínios que lhe são teoricamente alheios. O estabelecimento da Inquisição é consentido pelo papa, manifestadamente de má vontade, perante a pressão constante do rei português. O Santo Ofício, que só poderia funcionar com poderes delegados pelo Papa, é arrancado da cúria romana a golpes de pressão diplomática e recompensas financeiras generosamente distribuídas pelos agentes do rei”. Francisco Bethencourt. *História das inquisições – Portugal, Espanha e Itália: séculos XV-XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 96.

² Segundo Capistrano de Abreu, no dia 13 de setembro de 1543, na cidade de Lisboa, João Barbosa Paes denunciou Pero do Campo Tourinho por se dizer papa, fazer trabalhar aos domingos. Com base nessas mesmas denúncias, no dia 24 de novembro de 1546, “clérigos e seculares capturaram Tourinho, arvoraram-se em juízes e preso, a ferros, remeteram o potentado para além-mar [...]”. Abreu de Capistrano. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1922 Serie Eduardo Prado: para melhor se conhecer o Brasil), pp 1-2.

foi notificado, pagou uma fiança de mil cruzados e foi sentenciado a não mais retornar ao Brasil.³

Segundo Francisco Cancela, após analisar as informações contidas nos depoimentos de 26 testemunhas, é possível perceber que as acusações têm como ponto central questões relacionadas ao mundo do trabalho.

*Quando os acusadores afirmavam que Pero do Campo não guardava os dias santos, complementavam dizendo que colocava sua gente para trabalhar. Quando supostamente o donatário questionava a fé cristã e enaltecia a dos judeus ou a dos turcos, fazia isso em referência a falta de compatibilidade entre a sua dedicação ao trabalho e os resultados da colonização em Porto Seguro. Por fim, quando justificou a prisão e repressão aos seus inimigos, explicou que assim fazia por que eles não queriam trabalhar.*⁴

Ainda no século XVI, destacamos os processos de João Cointa⁵ e o de Rafael Olivi. O primeiro era um francês que vivia no Rio de Janeiro, acusado pelo jesuíta Luiz de Gram de blasfêmia e de professar doutrina protestante, e que foi entregue ao bispo D. Pedro Leitão na cidade da Bahia e enviado em seguida para Lisboa. Segundo a historiadora Elizete da Silva, esse foi o primeiro processo inquisitorial contra os “luteranos” que se tem notícia na colônia.⁶ O senhor de Bolés, como também era conhecido, havia chegado ao Brasil em 1557 com os huguenotes (uma ramificação francesa do calvinismo) trazidos por Bois-le-Comte, e fazia parte da “Companhia de Nicolau Villaganhon, um francês que pretendia fundar aqui no

³ O processo de Pero do Campo Tourinho está disponível no arquivo Nacional da Torre do Tombo: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2308949>. Indicamos também para o aprofundamento do tema em questão o seguinte livro: Rossana Brito. *A saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

⁴ Cancela, Francisco. *De volta ao tema da primeira prisão da Inquisição no Brasil: balanço historiográfico e novos olhares sobre a experiência de Pero do Campo Tourinho*. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br. Acesso em 20 de abril de 2021. [file:///C:/Users/All%20in%20One/Downloads/358-13-949-1-10-20180131%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/All%20in%20One/Downloads/358-13-949-1-10-20180131%20(1).pdf)

⁵ O processo de João de Bolés está publicado nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Tomo XXV - Processo de João de Boles e Justificação requerida pelo mesmo – 1560-1564. 1904, pág. 215-308.

⁶ Elizete da Silva. *Combates pela fé nos domínios ibéricos: confitentes arrependidos na Bahia Colonial*. In: Grayce Mayre Bonfim Souza; Maria de Deus Manso (Orgs.). *Difusão da fé por entre povos e lugares: instituições, religião e religiosidades no Império Português (Séculos XVI-XIX)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020. pp. 38-73. E-book http://www2.uesb.br/editora/wp-content/uploads/Difus%C3%A3o-da-f%C3%A9_miolos.pdf.

Brasil, Rio de Janeiro, a França Antártica e, para tanto, era necessário banir os portugueses da Colônia”.⁷ Além desse episódio envolvendo um protestante, localizamos mais cinco processos resultantes da primeira visitação, sendo dois portugueses, um flamengo, um francês e um inglês⁸. Também acusado de luteranismo, em 1610, foi o Padre Frei João do Espírito Santo, natural da Bahia e residente no mosteiro de Santo André de Rendufe da Ordem de São Bento (Braga, Portugal). Esse processo causa bastante interesse, principalmente para compreendermos a difusão das ideias reformadoras no Reino e na América portuguesa.⁹ As cartas do padre Anchieta também nos apresentam informações importantes sobre a presença de calvinistas aqui no Brasil.¹⁰

Rafael Olivi, terceiro caso de denúncia ao Tribunal Inquisitorial em terras baianas aqui apresentadas¹¹ – o denunciado era natural de Florença (Itália) e morava na Vila de São Jorge, capitania de Ilhéus. Foi acusado de “proposições heréticas”, blasfemar contra Deus, falar mal dos papas e cardeais. Além de tudo, mostrava-se incrédulo com relação a alguns milagres e também possuía livros reprovados pela Igreja Católica. O trecho extraído do sumário de acusação, além de outras passagens irreverentes, é um exemplo de como as acusações feitas por Olivi eram algo que preocupava as autoridades eclesiásticas na Colônia.

*a religião fora inventada para sujeitar as gentes, por que com as armas nem com o Império nunca acabaram de sujeitar; que os portugueses faziam tanta honra a Nossa Senhora e a tratavam e veneravam tanto as imagens da Madre de Deus, que parecia que faziam tanta honra a ela como a seu filho e que isso não lhe parecia bem.*¹²

⁷ Grayce Mayre Bonfim Souza. *Para remédio das almas: Comissários, Qualificadores e Notários na Bahia Colonial*. Vitória da Conquista: Edições Uesb. p. 70.

⁸Francisco Pires (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 17.811), Gonçalo Vaz (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 4.308), João Bono (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 2.558), Pedro Vilanova (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 2.526) e Roberto Arrundel (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 12.228).

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13.076. Link para acesso ao documento digital <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2313284>

¹⁰ Joseph Anchieta. *Cartas, informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 1.682.

¹² Fragmento do manuscrito extraído e transcrito por Luiz Mott no capítulo intitulado *Inquisição em Ilhéus* (1574-1774), publicado no livro Bahia: Inquisição e Sociedade. Luiz Mott. *Bahia: Inquisição e Sociedade*. Salvador: Edufba, 2010. p. 175.

Conforme nos relata Luiz Mott, a partir da análise do processo, a biblioteca do florentino tinha 27 livros, provavelmente a maior biblioteca de um leigo existente no Brasil do século XVI.

Não há estudos quantitativos sobre a posse de livros no Brasil no século XVI. As fontes existentes para o período não permitem a quantificação, mas possibilitam concluir que havia então poucos livros na Colônia, que o número de proprietários de livros era extremamente pequeno e, ainda, que cada um deles tinha uma quantidade muito reduzida de volumes. A exceção talvez tenha sido a França Antártida, colônia francesa estabelecida na Baía de Guanabara, onde foram encontrados, segundo relatos portugueses, um missal com imagens roídas e uma multidão de livros calvinistas.¹³

O acervo de Olivi era composto por livros de conteúdo religioso, obras literárias e livros científicos. Estes últimos com destaque para “La Nova Ciência, de Nicoló Tartaglia, Aristóteles, Libelus de Tactus, Discorsi di Nicoló [...]”.¹⁴ Se esses livros vieram na bagagem de Rafael Olivi em 1562 ou se foram adquiridos depois não é possível saber, pois as informações no processo contêm somente a lista dos livros que foram confiscados pelo tribunal.¹⁵

Em Salvador, a autoridade eclesiástica que recebe o sumário de culpas e os livros era representada pelo padre Marcos Pires, que respondia interinamente pela diocese em Salvador, pois o bispo D. Pedro Leitão falecera em outubro de 1573, e a chegada de Dom Antônio Barreiros somente ocorreu em maio de 1576¹⁶. Segundo Mott, durante esse período de vacância e ausência do novo bispo, a autoridade máxima do Brasil recaiu sobre o padre Marcos, Deão da Sé de Salvador.

¹³ Luiz Carlos Villalta. *Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2021.

¹⁴ Luiz Mott, 2010, p. 176.

¹⁵ Janete Ruiz Macedo. *O labirinto da Inquisição: revezes e culpas na trajetória de um feitor italiano*. In: **V Congresso de História da Bahia**. 2001, Salvador. Anais do V Congresso de História da Bahia. Salvador, 2004. p. 388.

¹⁶ O Frei Antônio Barreiros foi apresentado pelo rei Dom Sebastião e confirmado pelo Papa Clemente XIII apenas em junho de 1575.

A documentação composta pelo sumário de culpas e os registros das testemunhas ouvidas em Salvador foi enviada para Lisboa, e depois de alguns meses chegou a resposta do tribunal: “Não há que prender o réu, pois são muitas as contradições nas denúncias, algumas testemunhas declarando que Rafael Olivi é bom cristão. As culpas não são bastantes para a prisão: não mandem o réu para o Santo Ofício – aí mesmo na Bahia o despachem”¹⁷. Essas são as últimas notícias que temos do italiano culto que viveu no capitania de Ilhéus na segunda metade do quinhentos. A documentação que nos permitiu ter contato com essa etapa da história da Bahia colonial mais uma vez é fornecida pelas fontes inquisitoriais. Provavelmente, se não fossem esses manuscritos, não saberíamos da existência desse indivíduo em terras brasílicas e não teríamos informações tão ricas a partir dos relatos de testemunhas e livros arrolados. Outras histórias também fazem parte dos registros documentais, como é o caso de Antônio Gouveia, clérigo de missa da Ilha terceira, degredado para o Brasil,¹⁸ que muito contribui com a nossa compreensão do período em questão e das relações religiosas e institucionais estabelecidas, bem como os motivos para que ocorresse a primeira visitação do Santo Ofício em terras brasileiras.

Histórias de vida como essas apresentadas acima, narrativas com tantas riquezas de detalhes, também vamos encontrar em outros conjuntos documentais do Tribunal do Santo Ofício. Citamos agora os livros contendo confissões, denúncias, reconciliações e ratificações resultantes da primeira visitação da Inquisição Portuguesa em terras coloniais; além, é claro, das mais de três dezenas de processos resultantes. Porém, antes de começarmos a analisar diretamente da documentação gerada por essa visita, é importante abrir um espaço para falarmos rapidamente da política desenvolvida pelo Conselho Geral do Santo Ofício, importante órgão e fundamental no funcionamento da máquina inquisitorial.

O conselho foi um órgão cuja existência já estava prevista na própria bula que instituiu o Tribunal português, emitida pelo Papa Paulo III em 1536,¹⁹ mas sua instituição de fato só ocorreu com o Cardeal D. Henrique²⁰ em julho de 1569, tendo o seu primeiro regimento

¹⁷ Luiz Mott, 2010, p. 177.

¹⁸ Referente ao assunto ver: Abreu, Capistrano. *Ensaio e Estudos: Crítica e História*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, pp. 157-158. Nas páginas seguintes Capistrano traz outros episódios e reforça os motivos entre as décadas de 70 e 80 do seiscentos para a primeira visitação.

¹⁹ Sonia Siqueira. *O momento da inquisição*. João Pessoa: Editora Universitária, 2013. (Coleção videlicet). p. 263.

²⁰ D. Henrique tomou posse como Inquisidor-geral em 3 de julho de 1539.

elaborado no ano seguinte, em 1570. Logo no preâmbulo do documento, são visíveis as intenções do Inquisidor Geral.

*D. Henrique Infante de Portugal, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma cardeal do título dos santos quatro coroados, legado de Latere e, nas cousas da fé, Inquisidor-Geral em esses Reinos e Senhorios de Portugal, etc, fazemos saber a todos os inquisidores apostólicos, Arcebispos, Bispos e preladados destes Reinos e Senhorios e a todos os que a presente vierem que, considerando nós a grande obrigação que temos a ordenar as cousas do Santo Ofício, de modo que Nosso Senhor mais seja servido, pois nele se trata de conservar em nossa santa fé católica os que a professaram e castigar os que dela se aportarem e da obediência a Santa Madre Igreja de Roma e querendo dar ordem necessária para perpetuação e bom governo do dito Santo Ofício [...]*²¹

A criação desse órgão inquisitorial tinha também por função a visita aos tribunais de Lisboa, Évora e Coimbra para averiguar se a atuação do corpo de funcionários estava de fato com base nas normas estabelecidas. O funcionamento e alcance da malha inquisitorial somente se fazem possíveis de acompanhar pelas correspondências trocadas entre Conselho e tribunais.²²

Com menos de um ano que de fato foi criado, o Conselho publicou o seu Regimento, mais precisamente em 1º de março de 1570, composto de 34 capítulos e confirmado pelo rei D. Sebastião duas semanas depois. Tais documentos objetivavam regulamentar as atribuições do órgão e, ao mesmo tempo, ter um controle mais efetivo no que se refere às atribuições dos tribunais de distritos inquisitoriais. Aqui, o que mais nos interessa nessa etapa de fortalecimentos da instituição inquisitorial é que a primeira visitação às partes do Brasil, ocorrida entre 1591 a 1595, insere-se nesse contexto. Segundo Fernanda Olival, já a partir de 1588, o Conselho Geral apresentava o desejo pela realização de vistas nas ilhas da

²¹ Regimento do Conselho Geral da Inquisição (1570). José Eduardo Franco; Paulo de Assunção. *As metamorfoses de um polvo – Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)*, Lisboa: Prefácio (Col. Gabinete inquisitorial), pp.137-45.

²² Essas correspondências estão dispostas em dois conjuntos documentais identificados como correspondências expedidas (1575-1819) e correspondências recebidas (1562-1770), além de documentos avulsos que fazem parte dos acervos dos tribunais.

Madeira, Açores, Brasil, Cabo Verde e São Tomé²³. E assim Heitor Furtado de Mendonça foi nomeado em 26 de março de 1591 pelo Inquisidor-Geral, Cardeal Arquiduque Alberto, que também era na altura governador em Portugal, visto que esse foi o tempo da união das coroas ibéricas (1580-1640). No mesmo ano que o visitador “partiu para o Nordeste do Brasil, outro visitador, Jerônimo Teixeira, percorreria os Açores e a Madeira, e pouco depois, em 1596, seria o padre Jorge Pereira a visitar Angola por comissão do inquisidor-geral”.²⁴

Ao chegar ao Brasil, o visitador teve a colaboração das autoridades eclesiásticas, com destaque para missionários jesuítas. Segundo Vainfas,

Em várias sessões de interrogatório estiveram presente o bispo Antonio Barreiros, provincial dos jesuítas padre Marçal Beliarte, e o reitor do colégio inaciano da Bahia, padre Fernão Cardim, autor do que seria o Tratado da terra e da Gente do Brasil. As sentenças lavradas na própria Bahia pela visitação – nos vários casos em que Heitor Furtado resolveu processar – forma assinadas por todos esses dignitários (1997, p. 18).

O que motivou a primeira visitação foi e ainda é bastante debatido na historiografia brasileira. Motivações econômicas, necessidade de um maior controle na vida colonial ou mesmo dentro de um propósito expansionista da instituição estão entre as mais apresentadas. O certo é que todo esse debate é extremamente valioso para o estudo da história da América portuguesa.

Os registros da primeira visitação são ricos não só em detalhes apresentados por meio das confissões, denúncias e dos processos, mas também na maneira de conduzir do visitador e, antes, também pelos detalhes dos ritos²⁵ de instalação dos trabalhos do Santo Ofício na colônia. Para melhor exemplificar, vamos transcrever trechos referentes à

²³ Olival, Maria Fernanda. A visita da Inquisição à Madeira em 1591-92. In: Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 493 e 495.

²⁴ Ronaldo Vainfas. (Org.). Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997 (Retratos do Brasil). p. 8-9.

²⁵ “A função do ‘Santo Ofício’ na Espanha e em Portugal produziu um quadro legal em grande parte herdado da inquisição medieval. Os ritos organizados na fase inicial de funcionamento dos tribunais hispânicos também não eram inteiramente novos: resultavam da adaptação das antigas cerimônias da Inquisição. Esses ritos, contudo, exprimiam as novas condições institucionais, caracterizadas pela proteção ativa da Coroa e pelo apoio dos outros poderes, imposto pela intervenção do rei (apoio que certamente não significava ausência de brigas internas)”. Francisco Bethencourt, 2000, p. 32.

publica o dos  ditos da fé e da gra a²⁶, bem como a provisão de Sua Majestade celebrados em Salvador, em um domingo, no dia 28 de julho de 1591. A procissão – conduzida pelo bispo D. Antônio Barreiros e acompanhado pelo seu cabido e autoridades civis – saiu da Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, seguindo até a S  Catedral. Compuseram o cortejo todos os clérigos e as confrarias, além da popula o em geral. Na S  da cidade, segue o ritual muito bem descrito pelo not rio Manuel Francisco.

Na qual solenidade, levando debaixo de um Paleo de tela de ouro ao senhor licenciado Heitor Furtado de Mendonça Capelão fidalgo do Rei nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício e visitador Apostólico em nome de Sua Alteza nas coisas de nossa Santa Fé católica deste Bispado do Brasil.

E na dita S  estando o dito senhor visitador em uma cadeira de veludo carmesim guarnecida de ouro debaixo de um dossel de damasco carmesim na capela maior acima dos degraus junto do altar a parte do Evangelho, se disse a missa com muita solenidade, a qual disse o chanfre com dois c negos diácono e subdi cono.

Ao término da missa, houve a prega o do provincial da Companhia de Jesus, o padre Marçal Beliarte, cujo tema foi *tu es petrus et super hanc Petram edificaba ecclesiam meam*.²⁷ Por meio desse documento, percebemos como o clero estava posto no princípio da coloniza o, pois na sequência do pregador jesuíta vem o arcediago Baltasar Lopes, e aqui os documentos novamente detalham a vestimenta apropriada e os ritos que devem ser seguidos: usava então “uma capa de asperges de damasco branca e tela de ouro e com a cabeça descoberta leu e publicou em alta e inteligível voz os dois  ditos da Fé e da graça e o alvará de Sua Majestade por que perdoa as fazendas nos que se acusarem no tempo da graça”. O visitador ordena a permanência de todos na igreja até o termino da cerim nia e

²⁶ Os editos da fé e da graça eram publicados antes do início das atividades do visitador. O da fé determinava que todos que soubessem de algum delito contra a fé católica (esses delitos estavam relacionados no monitório), por ver ou ouvir dizer, deveria procurar a Mesa Inquisitorial para fazer a denúncia, “*com penas de excomunhão ipso facto incurrenda*” para quem não fizesse. O  dito da graça estabelecia o “prazo de trinta dia, geralmente, para dentro dele as pessoas apresentarem-se a confessar as próprias culpas e denunciar as alheias, recebendo indulto e ficando livres da confisca o de bens”. Elias Lipiner. *Santa Inquisi o: Terror e linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977. p. 65.

²⁷ “Tu  s Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”.

depois desce, acompanhado de duas dignidades, dirigindo-se ao meio da igreja onde estava posto um altar portátil

*ricamente ornado com uma cruz de prata arvorada e quatro castiçais grandes de prata com velas acesas e com dois livros missais abertos em cima de almofadas de damasco sobre os quais missais estando deitadas duas cruces de prata, e se assentou no topo do dito altar na parte do Evangelho na dita cadeira de veludo que lhe foi logo trazida por um capelão.*²⁸

Em seguida, temos o juramento das principais autoridades, conforme orientado pelo rito. Quem primeiro fez o juramento “público sobre o negócio da Fé na forma declarada no Regimento” foi o governador de “todo o estado do Brasil”, Dom Francisco de Sousa,²⁹ seguido pelos juízes e vereadores e os oficiais da Câmara,³⁰ do Ouvidor Cristóvão Brandão, meirinho e alcaides e concluido o ritual com o juramento do povo.

Com a descri o desse rito, podemos ter uma ideia do impacto da visita o na popula o soteropolitana do final do século XVI.

*Salvador, 50 anos depois de fundada, possuía por volta de 800 vizinhos brancos e três vezes mais negros e índios, quando no ano do Senhor de 1591 desembarca em seu porto inesperado visitante: o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, Deputado do Santo Ofício da Inquisi o. A notícia de tão temível visita deve ter-se alastrado a trote de cavalo pelos mais de 40 engenhos espalhados pelo Recôncavo, deixando a popula o em palpos de aranha.*³¹

As primeiras confissões e denuncia es em atendimento aos editos já ocorrem no dia seguinte ao da cerim nia, 29 de julho, que seguem anotados após a abertura do livro primeiro. Transcrevemos aqui a abertura do primeiro livro da visita o contendo informa es do Inquisidor Geral, que ordena a visita e também do visitador.

²⁸Capistrano de Abreu, 1922, pp. 11 a 13

²⁹ Heitor Furtado já o conhecia, pois fizeram juntos a viagem de Lisboa para Salvador.

³⁰ Nomeadamente Martim Afonso Moreira, Vicente Rangel de Macedo, Garcia de  vila, Fernão Vaz, Bernardo Pimentel de Almeida, Gonçalo Veloso de Barros e Gaspar das Naus.

³¹ Luiz Mott, 2010, p. 19.

*Primeiro Livro das reconciliações e confissões da Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição das partes do Brasil: a qual fez por especial Comissão do Cardeal Alberto do título de Santa Cruz e Jerusalém, Arquiduque de Áustria, Legado de Latere, Inquisidor Geral nos Reinos e Senhorios de Portugal, o Licenciado Heitor Frutado de Mendonça do Desembargo del'Rei nosso senhor, Deputado do Santo Ofício, Primeiro Visitador que visitou pelo Santo Ofício as ditas parte do Brasil. 1591.*³²

As informações contidas nos livros da visitação e nos processos inquisitoriais são, como já ditas, ricamente detalhadas pelo notário do Santo Ofício Manuel Francisco, que acompanhava o visitador Heitor Furtado de Mendonça. Segundo Sonia Siqueira – na introdução de Confissões da Bahia de 1618-1620 –, o notário “era o artesão dos processos, termos e sentenças. Elemento vital do aparelhamento inquisitorial. Figura opaca que ‘em boa letra e formalmente’ fixava o interrogatório e os momentos psicológicos de confitentes e denunciantes”.³³ Ao correr da pena e páginas dos livros da primeira visitação compreendemos os verdadeiros sentidos das funções e os sentimentos expressos pela professora Sonia.

A presença do Santo Ofício provocou danos irreparáveis à sociedade colonial: levou à ocorrência de denúncias no interior das famílias e grupos de convivência, rompimento de relações de amizade, causou estragos financeiros, dissolveu uma rede de sociabilidade entre “cristãos velhos e cristão novos” de mais de meio século, dentre outros estragos causados. Era por meio do conhecimento dos delitos e por medo de ser denunciada que a população da colônia se dirigia à Mesa inquisitorial, “alguns sabedores de que haviam realmente transgredido os preceitos da fé, outros que só através do monitorio vieram a constatar não serem tão bons cristãos como pensavam. Neófitos, por assim dizer, em matéria de heresia”.³⁴ Conforme apresenta Vainfas, havia uma grande confusão com relação às confissões, sendo nem todas de fato para a inquisição e sim confissões sacramentais. O medo de ser denunciado

³² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 777. Link para acesso ao documento digital <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318683>

³³ Siqueira, 2011, p. 33.

³⁴ Vainfas, 1997, p. 21

e não se “beneficiar” com o tempo da Graça acaba por levar a confissões e denúncias sem fundamento algum. Assim, nem todos os relatos podem ser considerados como resultados de práticas judaicas, mas algumas vezes parte de uma religiosidade dos judeus ibéricos, praticadas pelos cristãos-novos; e outras podem ter sido “conservadas pela tradição familiar, sem maior conexão com a vivência do judaísmo que deles se suspeitava”.³⁵

Além das práticas judaizantes – algumas restrições alimentares, conservar os jejuns judaicos, guardar o sábado, celebrar festas judaicas como a Páscoa do pão ázimo, rezar orações judaicas, utilizar ritos funerários judaicos, circuncidar os recém-nascidos, dentre outras –, que eram as de maior importância nas ações inquisitoriais, outras culpas também são relacionadas no monitório, contudo delitos de menor significado.

luteranismo (nome genérico que se dava aos protestantes), a alguns indícios de islamismo (então chamado de ‘seitas de Mafemedé’, isto é Maomé), a opinião herética em geral, à descrença no Santíssimo Sacramento, à negação dos artigos da Fé Católica e do poder pontifício, ao questionamento da confissão sacramental, à dúvida sobre a pureza da Virgem ‘antes, durante e depois do parto’, à bigamia, à invocação do diabo na prática de feitiçaria, à leitura de livros proibidos pela igreja, segundo o Index librorum prohibitorum, ao questionamento sobre se a fornicção era pecado, à sodomia, à bestialidade”.

De maneira bastante detalhada vamos encontrar na documentação da primeira visitação, em meio a denúncias, confissões e processos sobre a santidade de Jaguaripe. Este foi um movimento religioso e de caráter sincrético ocorrido no recôncavo da Bahia por volta de 1585³⁶ – objeto de muitos estudos entre historiadores e antropólogo³⁷ – que ocupou

³⁵ Vinfas, 1997, p. 24.

³⁶ “Foi em 1585, segundo as melhores fontes. Robert Southey, firmado Jarric, registra o fato como tendo ocorrido em 1583. Serafim Leite, porém, verificou que a Anua jesuítica sobre o caso foi a de 1585. Fernão Cabral, envolvido nos acontecimentos, declarou, em 1591, que a santidade aparecera há “seis anos pouco mais ou menos”, afirmação que está conforme a data apresentada pelo ilustre historiador da Companhia de Jesus. José Calasans. *Fernão Cabral de Ataíde e a santidade de Jaguaripe*. Salvador: Eduneb, 2011. p. 23.

³⁷ Além do trabalho apresentado na nota anterior, consultar também as seguintes obras: Ronaldo Vainfas. *A heresia dos índios – Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995; Jamille Oliveira Santos Bastos Cardoso. *Ecos de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

diversas páginas escritas pelo Not rio de Heitor Furtado, padre Manuel Francisco. Essa documenta o nos diz muito sobre os agentes históricos, seja dos indígenas, escravos e o dono de engenho Fernão Cabral de Ataíde (“nobre de gera o”),³⁸ acusado de dar prote o aos índios que praticavam cerim nias pag s, portanto heréticas perante a Igreja – resultado de uma resistência indígena, talvez elaborada a partir da explora o e do próprio processo de catequiza o empreendida pela igreja.

Também não devemos negligenciar a importância evidenciada pela documenta o em rela o aos procedimentos inquisitoriais. Indagar também pela dificuldade de um visitador do Santo Ofício, acostumado a lidar com questão da fé e repressão aos desvios dentro de um contexto vivenciado na Europa, deparar-se com uma realidade até então desconhecida; a sua experiência acumulada pelos afazeres inquisitoriais não lhe abre muitas possibilidades.

Nesse episódio da santidade e a visita o, as fontes jesuíticas também nos ajudam muito a compreender os fatos ocorridos.³⁹ Aqui se destaca a referência feita pelo padre José de Anchieta em uma carta escrita da Bahia em 1  de dezembro de 1592, em que se faz referência   sentença de Fernão Cabral de Ataíde proferida por Heitor Furtado: “foi misericordiosa, segundo todos afirmam, e ele mesmo o reconheceu dando graças ao Inquisidor e a todos os adjuntos da mesa pela mercê com que lhe faziam merecendo muito mais suas culpas, e isto de joelhos com muita humildade”.⁴⁰

³⁸ Seguem as primeiras linhas da confissão de Fernão Cabral, feita em 2 de agosto de 1591, em que ele diz quem   descreve aspectos da Santidade: “disse ser cristão velho natural da cidade de Silves [...] Algarve, filho de Diogo Fernandez Cabral e de sua mulher dona Ana d’Almada, defuntos, casado com Dona Margarida da Costa de idade de cinquenta anos morador na sua fazenda de Jaguaripe nesta capitania e confessando disse que haverá seis anos pouco mais ou menos que se levantou um gentio no Sertão com uma nova seita que chamavam Santidade havendo um que se chamava papa e uma gentia que se chamava mãe de Deus e o sacristão, e tinham um  dolo a que chamavam Maria que era uma figura de pedra que nem demonstrava ser figura de homem nem de mulher nem de outro animal, ao qual  dolo adoravam e rezavam certas coisas por contas e penduravam na casa que chamavam igreja umas tábuas com uns riscos que diziam que eram contas bentas e assim ao seu modo, contrafaziam, o culto divino dos cristãos, e estando este gentio assim alevantado ele confessante mandou gente de armas para o fazerem vir do Sertão com a qual gente se viu grande parte do gentio ficando l  o que chamavam o Papa e ele confessante consentiu que o dito gentio se aposentasse em uma sua aldeia dentro na dita sua fazenda onde   morador e nela se aposentou o gentio e fez casa a que chamavam igreja onde puseram o  dolo e faziam suas cerim nias como atrás fica dito e uma vez foi ele confessante a dita chamada igreja e entrou dentro amimando e honrando aqueles gentios e tratando os bem porque não entendessem que lhes havia de fazer mal e que isto consentiu e que não lhe lembra se uma se muitas vezes, que o dito mestre ensinou a todos os discípulos na escola [...]”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Livro 777. Link para acesso do documento: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318683>. Ver também Abreu, Capistrano, 1922, p. 35.

³⁹ Os jesuítas José de Anchieta e Fernão Cardim

⁴⁰ Joseph Anchieta, 1933, p. 283.

A santidade do Jaguaribe foi a maior responsável pela demora do visitador na Bahia, cujo total de manuscritos ultrapassa duzentos f lios, e teve a seguinte defini o:

*“uma tropa de mamelucos praticantes de gentilidades e uma autêntica heresia indígena, chamada na Bahia de Santidade. Seita que prognosticava a morte dos brancos e/ou a escraviza o dos portugueses pelos  ndios. Seita em tudo surpreendente, na qual o líder se intitulava papa e nomeava bispo e santos índios, embora o fundamental do culto residisse na adora o de um  dolo de pedra e na embriaguez com tabaco, a ‘erva santa’.”*⁴¹

Outra passagem da primeira visita o que também resulta em muitas páginas e que nos interessa particularmente   a investiga o relacionada   família Antunes.⁴² Este assunto também está dentro do contexto de resistência na América portuguesa, assim como o da Santidade, contudo relacionado às práticas judaicas na colônia e principalmente ao papel da mulher enquanto guardi a dos ritos e das práticas da lei mosaica, propagadora e responsável pela educa o dos seus filhos no mundo luso-brasileiro no “quinhentos”.

Em meados do século XVI, o comerciante Heitor Antunes e sua mulher, Ana Rodrigues, ambos cristãos-novos, deixariam o reino a partir de Lisboa e embarcariam com os filhos em dire o ao Brasil, fixando-se em Matoim, no Recôncavo Baiano, onde ergueriam um engenho de açúcar. Ao longo da segunda metade dos Quinhentos, os Antunes tornar-se-iam o mais poderoso cl  do local, com a expansão de seus negócios através da constru o de novos engenhos e casamentos

⁴¹ Ronaldo Vainfas, 1997, p. 28.

⁴² Heitor Antunes chegaria ao Brasil em dezembro de 1557 com sua família “na mesma embarca o que traria o terceiro governador-geral, Mem de S , recém-nomeado para o cargo, e de quem seria um dos colaboradores e homem de confiança, a ponto de assinar como testemunha em documento de presta o de contas do governador-geral endereçado ao Rei D. Sebastião. O patriarca dos Antunes alcançaria considerável prestígio ao longo de sua vida. Por sua origem neoconversa, contudo, só viria a conseguir um maior destaque a partir da transferência para a colônia. Como Heitor, muitos cristãos-novos decidiram enfrentar a longa travessia e os perigos do oceano procurando começar vida nova longe das pressões existentes no reino contra os indivíduos de sangue converso” Assis, Angelo Adriano Faria de. A Inquisi o portuguesa e o processo contra Heitor Antunes, cavaleiro d’el Rey e Macabeu do Recôncavo: um (cripto) rabino na Bahia quinhentista. Cadernos de Estudos Sefarditas, Números 10-11, 2011, pp. 356-357 - http://www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/15/Angelo_Adriano_Faria_de_Assis.pdf

*dos descendentes com cristãos velhos das “mais nobres” e importantes famílias da terra, sinal das boas relações com a elite local e do poder de que desfrutavam.*⁴³

Os estudos das perseguições inquisitoriais desnudam muito das relações cotidianas e religiosas estabelecidas no interior das famílias “cristãs novas”, também como aspectos de sociabilidades, econ micos e políticos estabelecidos no período colonial. Os registros da primeira visita o não são diferentes, assim como a documenta o da segunda visita o (1618-1620), pois a Família Antunes ainda foi alvo do visitador Marco Teixeira. Na passagem de uma visita o a outra, encontra-se referência dessa família no livro de correspondência expedida, como veremos mais adiante.

Conforme percebemos na documenta o da primeira visita o, por meio das diversas denúncias feitas em mesa e depois por meio dos processos, no engenho de Heitor Antunes em Matoim funcionava uma sinagoga e era frequentada pela comunidade cristã-nova local. Com a morte do patriarca em 1580, Ana Rodrigues, sua viúva, não só assume a dire o da família e o comando da “esnoga”. Com a visita o, n  apenas a matriarca da família, mas seus filhos e netos⁴⁴ foram vítimas da inquisi o. Ana Rodrigues⁴⁵ e suas filhas eram conhecidas pejorativamente como “As Macab ias”. O livro *Macab ias da colônia: criptojuda simo feminino na Bahia*, de  ngelo Adriano Farias de Assis,   uma volumosa obra, muito bem escrita e fundamentada na documenta o dos séculos XVI e XVII e nos revela por meio de suas narrativas as histórias de vida envolvendo o cl  Antunes.

Ana Rodrigues foi denunciada, presa e enviada enjaulada para Lisboa, mas pela debilidade da idade avançada (uma octogen ria) não resistiu muito tempo e morreu nos

⁴³Angelo Adriano Faria de Assis. *Macab ias da Colônia: Criptojuda simo Feminino na Bahia - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 77-78.

⁴⁴ “O processo de Ana Rodrigues faz ainda referência a um seu neto, de nome Heitor Antunes de Escobar, que assina, em nove de abril de 1598, documento de ciência de uma carta dos inquisidores de Lisboa”. *Ibid.*, pp. 120-121.

“O jejum de acusações seria quebrado por um membro da família, Valentim de Faria, neto de Ana e Heitor, filho de Beatriz Antunes e Sebast o de Faria”. *Ibidem*, p. 189.

“Quanto aos netos de Ana Rodrigues e Heitor Antunes, sete deles também procurariam o visitador para testemunhar o que sabiam: Valentim de Faria, Felipa de Faria, Custódia de Faria, Isabel Antunes, Lucas de Escobar, Beatriz Teles e Ana Alcoforado”. *Ibidem*, p. 235).

⁴⁵ No processo movido contra Ana Rodrigues pela Inquisi o de Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, processo 12142. Link para acesso digital do documento: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2312343>

cárceres do palácio dos Estaus⁴⁶ em agosto de 1593. Contudo, sua morte não foi suficiente para interromper o processo, pois sua condena o deveria servir de exemplo para aqueles que cometiam crimes contra a santa fé católica. Assim, foi declarada a sentença e destacadas as culpas:

Declaram a ré Ana Rodrigues por convencida no crime de heresia e apostasia, e que foi, sendo viva, herege e apóstata de nossa santa fé católica e, como tal, ficta, simulada, diminuta e revogante confitente, acabou no dito crime e faleceu da vida presente. E por essa a condenam, e que incorreu em sentença de excomunhão maior, confisca o de todos seus bens para o fisco e câmara real, e nas mais penas em direito contra os semelhantes estabelecidas. E danam e condenam sua memória e fama, e declaram que faleceu exclusiva do gr mio e união da Santa Madre igreja, e mandam que seus ossos sejam desenterrados e deitados dos cemitérios eclesiásticos e de outro qualquer lugar onde estiverem sepultados, podendo ser discernidos dos outros dos fiéis cristãos, e sejam queimados e feitos em p  em detesta o de tão grave crime, por mandado da Justiça Secular, a quem a relaxam e sua estátua, que presente está em seu nome para que faça de tudo cumprimento de direito. E assim lho pede com muita instância e eficácia. Antônio Dias Cardoso, Manuel  lvares Tavares, Antônio de Barros, Heitor Furtado de Mendonça, Domingos Riscado, Mestre Frei Luís de Beja.⁴⁷

Ana Rodrigues foi formalmente condenada em 1600, sendo sua efígie e ossos entregues   justiça secular saindo então no auto-de-f  celebrado em Lisboa no ano de 1604⁴⁸. Além da matriarca, o seu marido, Heitor Antunes, já falecido quando do início da visita o, também se tornou réu em 1591 por juda simo.⁴⁹ Segundo Charles Dellon, o “Santo Ofício

⁴⁶ Estaos ou Estaus era um palácio edificado em meados do século XV e que serviu depois, a partir de 1571, passou a ser sede do Santo Ofício.

⁴⁷ Angelo Adriano Faria de Assis, 2012, p. 379.

⁴⁸ Anita Novinsky. *Inquisi o: Prisioneiros do Brasil – séculos XVI-XIX* Rio de Janeiro. Expressão e cultura, 2002.

⁴⁹ Processo de Heitor Antunes. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Processo n  4.309. Link para acesso online do documento: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2304290>.

não se contenta só em atribuir a si a infalibilidade de Jesus Cristo mas ainda quer, como ele, exercer suprema autoridade sobre vivos e mortos”.⁵⁰

Destacamos neste artigo quatro filhos do casal entre o rol de culpados na primeira visitação: Álvaro Lopes (saiu no auto de fé celebrado na igreja da Sé de Salvador), Nuno Fernandes (confessou no tempo da Graça), as filhas Beatriz Antunes e Leonor. Estas duas tiveram o mandado de prisão enviados para o Brasil em abril de 1601, conforme informação anotada no livro de Correspondências Expedida da Inquisição de Lisboa, que diz ter sido entregue um maço cerrado e selado⁵¹ para João Simão, mestre da caravela Bom Jesus, que era morador do Alfama.⁵² Além de outros documentos, no dito maço continham também dois mandados para que fosse efetuada a prisão das filhas do casal Antunes.

E ia mais no dito maço dois mandos dirigidos ao vigário e provisor Pedro do Campo⁵³ para prender Dona Leonor e Beatriz Antunes e para se mandarem prezas a bom recado a esta Inquisição e via carta do Juiz do fisco para se fazer sequestro de seus bens e de mandavam trazer em letra quarente mil reis para alimentos de cada uma.⁵⁴

Cabe reparar que aqui não só encaminharam a ordem para que se procedesse com a prisão das duas, como também há a orientação para que se fizesse o sequestro de bens, estipulando o valor que deveria ser enviar quarenta mil réis para uma. Esse dinheiro costumava ser para manter alimentação do preso e outras despesas no tribunal.⁵⁵ Segundo

⁵⁰ Charles Dellon. *Narração da Inquisição de Goa*. Trad. de Miguel Vicente de Abreu, Lisboa, Antígona, 1996, p. 139,

⁵¹ Nos registros de correspondência vamos encontrar referência de que a documentação era enviada lacrada e selada. Isso se dava pela preocupação em preservar o sigilo, elemento normativo e essencial na comunicação entre o Conselho Geral, tribunais e agentes. Segundo Nelson Vaquinhas, para “além da celeridade e da prontidão, também se exigia, como em tudo o que pertencia ao Santo Ofício, o máximo sigilo”. Nelson Vaquinhas. *Da comunicação ao sistema de informação*. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750). Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 140-141.

⁵² Em todos os registros tem o nome da caravela, dos mestres e a localidade de moradia. Isso era necessário, pois era uma maneira de controle de quem transportava, o emissário da documentação do Santo Ofício.

⁵³ Importante fazer a referência a Pedro do Campo e à confiança dos inquisidores em encaminhar atribuições tão importantes como a prisão de duas mulheres, cuja família era alvo de investigação fazia quase uma década. Era com certeza alguém de muita confiança do bispo.

⁵⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 18, fl.206-v

⁵⁵ O mandado de prisão, como vimos, era dirigido a alguém de confiança do Tribunal, visto que na altura ainda não havia sido formado a rede de agentes inquisitoriais, e continha “instruções necessárias sobre a pessoa a ser detida e a forma como deviam agir. Com ou sem sequestro de bens, e com a apreensão de objectos pessoais como a cama e fato. Tal seria necessário para o uso do futuro encarcerado. Mais dinheiro para a sua alimentação

 ngelo Assis (2012, p. 342-3), a entrada das irmãs nos cárceres da inquisi o em Lisboa ocorreu em 23 de agosto de 1601, portanto um pouco mais de 4 meses depois do mandado ter sido emitido. Os registros feitos nesse dia têm muito mais detalhes, e retornaremos a evidenciar alguns elementos apresentados neles.

As anota es nesse livro são bem significativas ao que se referem aos descendentes de Ana Rodrigues e Heitor Antunes. Das vinte e três correspondências enviadas para a Bahia entre setembro de 1590 a dezembro de 1605, nove foram referentes aos Antunes. Computamos também três correspondências endereçadas ao visitador Heitor Furtado de Mendonça, sendo duas fazendo referência a João Nunes.⁵⁶

Completando as informa es que chegam a partir da análise do livro e relacionado ao cl  dos Antunes, encontramos as anota es que seguem. Em 22 de novembro de 1597, foi enviado um maço contendo uma carta de direito e citatória para serem citados os herdeiros de Ana Rodrigues, “defunta no cárcere”, e uma instru o do que se nela havia de fazer.⁵⁷ Com o conteúdo bem semelhante de janeiro até o mês de junho de 1598, foram encaminhadas ao bispo, Dom Frei Antônio Barreiros, e ao seu vigário cartas para “*ser citados os herdeiros ausentes e mais pessoas que pretendesse ter direito par defender a fama honra e fazenda de Ana Rodrigues publicando se a porta das casas da sobredita e na Igreja e fixando se as porta dela*”. Em 1599, mais registros referentes a Ana Rodrigues contendo informa es com envio de documenta o para ser entregue ao bispo ou ao seu vigário.⁵⁸

Para concluir essa rápida incursão da família Antunes, gostaríamos de apresentar uma breve nota biográfica de uma neta e das duas filhas de Ana Rodrigues enviadas para os cárceres de Lisboa. As informa es prestadas aqui foram extraídas, além do livro de registro

e pagamento de despesas do tribunal. Tudo isto se aquele obviamente fosse possuidor. Muitas vezes apenas levava a roupa que tinha no corpo”. Nelson Vaquinhas, 2010, p. 128.

⁵⁶Jo o Nunes, filho de cristãos novos, chegou ao nordeste brasileiro por volta de 1580, tornando-se senhor de engenho, traficante de escravo, dentre outras atividades. Quando da chegada do visitador Heitor Furtado de Mendonça, foi então alvo de denúncias tanto na Bahia quanto em Pernambuco. “Astuto homem de negócios, enriqueceria como poucos, alcançando grande destaque. Viraria também notícia por seu comportamento sem limites, admirado por uns, odiado por muitos, invejado por todos. Por maiores que fossem as críticas e adversidades que viesse a enfrentar no local que escolhera para viver, longe estava de supor que deixaria a colônia da forma como ocorreu em 1592, humilhado e preso pelo visitador do Santo Ofício para ser enviado aos cárceres de Lisboa, onde seria processado”. Angelo Adriano Faria de Assis. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade Colonial e inquisi o no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 17.

⁵⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Livro 18, fl. 152.

⁵⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Livro 18, fl. 166.

de correspondência expedido, também nos processos e na relação dos beneficiados pelo perdão geral de 1604-1605, dos quais falaremos mais adiante.

Beatriz Antunes, filha mais velha do casal Ana Rodrigues e Heitor Antunes, era natural de Lisboa e chegou ao Brasil com a idade de 7 anos, e quando foi denunciada por Gaspar Fernandes em 30 de julho de 1591, durante a visita de Heitor Furtado, tinha 43 anos. Casada com Bastião de Faria fazia na altura aproximadamente 29 anos, cristão velho e senhor de engenho. Na documentação produzida pela primeira visitação, há a informação de que havia mais testemunhas de acusação contra ele no processo de sua mãe. Como visto anteriormente, ela foi enviada para a Inquisição de Lisboa em 1601 e no auto-fé-de de agosto de 1603 teve sentenciada por crime de judaísmo publicado: abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão e com confisco dos seus bens. Contudo, Beatriz foi libertada em novembro 1605 em atendimento ao perdão geral do papa Clemente VIII.⁵⁹ O mesmo destino e condenação teve sua irmã Dona Leonor (como foi referida em toda a documentação) que nasceu em Matoim, recôncavo da Bahia, casada com o cristão velho Henrique Moniz Teles, denunciada a Heitor Furtado de Mendonça, e de idade de 42 anos quando enviada para os Estaus. Também no processo gerado pela primeira visitação, há a informação de haver mais testemunhas contra ela no processo de Ana Rodrigues.⁶⁰

O processo de Ana Alcoforada⁶¹ – natural de Matoim e neta de Ana e Heitor – é bem rico em detalhes, assim como os anteriormente citados. No livro de correspondências expedidas⁶², encontramos o registro da emissão do mandado de sua prisão em 13 de maio de 1604 – e se sabe que o inventário de seus bens foi feito cerca de quatro meses depois, em setembro.⁶³ Nas informações contidas no processo, ficamos sabendo que Ana tinha idade de 27, casada com o lavrador Nicolau Faleiro de Vasconcelos, filha de Isabel Antunes e Antônio Alcoforado, cristão velho⁶⁴. Acusada de judaísmo, contudo, o seu processo não chegou ao

⁵⁹ Processos de Beatriz Antunes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 8.991 (link para acesso online: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301164> ANTT, TSO, IL, processo 1276 (Link para acesso online do documento <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2309122>).

⁶⁰ Ver: Assis, 2012.

⁶¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa. Processo. 11618. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2311813>

⁶² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 18, fl. 244-v.

⁶³ Angelo Adriano Faria de Assis, 2012. p. 350. Mais esclarecimento sobre o processo.

⁶⁴ Vimos que todos os filhos de Ana Rodrigue e Heitor Antunes foram casados com cristãos velho. Aqui também a sua neta, que aparece estatuto social como 1/2 cristã nova.

final, pois assim como suas tias, também foi favorecida pelo Perdão Geral de 1605, e sua liberdade foi concedida em fevereiro daquele mesmo ano.

O breve Perdão Geral⁶⁵ que libertava todos os presos do Santo Ofício por culpa de juda simo foi assinado pelo papa Clemente VIII em 23 de agosto de 1604 e publicado pelo Inquisidor Geral D. Pedro de Castilho na S  de Lisboa no dia 16 de janeiro de 1605, e começou a ser executado no dia seguinte. Beneficiados com esse perdão papal foram 70 homens e 85 mulheres, todos presos pelo Santo Ofício. Alcoforada compunha a rela o das mulheres presas.⁶⁶ No livro de registro de correspondências, consta a informa o de que em 16 de março de 1605 foi enviado um maço com documenta o destinada ao bispo do Brasil contendo cartas do “Senhor Inquisidor Geral” e Mesa inquisitorial “que avisavam que as pessoas que estivessem l  presas por ordem do Santo Ofício, as mandasse soltar”, e tornar seus bens, pagando somente o que tinham custado com suas pessoas.⁶⁷ Esse registro nos traz informa es valiosas sobre a maneira como se procedeu o tribunal após o indulto de 1605.

Como dito no início deste artigo, as informa es contidas nos livros de correspondências expedidas têm um grande valor para compreendermos as trocas de informa es entre o tribunal e as regiões submetidas a ele. Contudo, sabemos que o conjunto não   um retrato da comunica o existente, pois nem todas as cartas trocadas estão registradas nos livros, além de ter um período sem cobertura, sobretudo ao término do registro do livro 18 e às primeiras anota es do seguinte, apenas dezembro de 1677. A partir do livro 19 até próximo a extin o do tribunal, há uma maior regularidade, mas fazendo uma pesquisa sobre os agentes inquisitoriais atuantes na Bahia entre fins do século XVII e princípio do XIX, localizamos correspondências enviadas para comissários que não estavam registrados nos livros.

Voltamos às informa es contidas no registro de 6 de abril de 1601,⁶⁸ que anteriormente apresentamos os mandados de prisão das irmãs Beatriz e Leonor. Além do

⁶⁵ Consultar: Ana Isabel López-Salazar. *Inquisi n portuguesa y monarquía hisp nica en tiempos del perd n general de 1605*. Lisboa: Colibri, 2010. Trabalho de grande envergadura.

⁶⁶ Colec o de Listas impressas e manuscritas dos Autos de F  públicos e particulares da Inquisi o de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa. Corrigida e anotada por Joaquim Antonio Moreira, 1863. 4 v. (613 f.; 428 f.; 365 f.; 308 f.). Acesso pelo link <https://purl.pt/15393>

⁶⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Livro 18, fl. 254.

⁶⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisi o de Lisboa, Livro, 18 fls.206-v e 207.

vigário Pedro do Campo,⁶⁹ outro clérigo foi digno de importância nas ações inquisitoriais na Bahia no princípio dos seiscentos. Refiro-me ao chantre da Sé de Salvador, o Padre Jorge de Pina. Aqui, são destinados a ele dois precatórios para que fossem feita diligências de abonação e contraditas de João Pereira de Sousa. Além dessa documentação, referências ao chantre são encontradas na literatura alusiva aos séculos XVI e início XVII, não só pelos laços familiares, mas também pela importância na hierarquia eclesiástica na cidade da Bahia. No Catálogo Genealógico das principais famílias escrito pelo Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, encontra-se referência ao reverendo Jorge de Pina – identificado como chantre, mas também como “mestre-escola”⁷⁰ – associado às irmãs Beatriz e Meciade Lemos. Esta última foi casada com João Rodrigues Palha e do casamento nasceu Vicente Rodrigues Palha, nome do século do Fr. Vicente do Salvador⁷¹, autor do considerado primeiro livro da História do Brasil escrito em 1627. Como nos informa Capistrano de Abreu,⁷² o sobrinho do Chantre provavelmente foi morar com seu tio na cidade da Bahia para a realização de seus estudos. Da família do Frei Vicente também se encontram registros no livro das Confissões da Bahia, o primeiro é de seu pai, quando em 24 de janeiro de 1592 procurou a mesa inquisitorial para confessar que havia cometido um delito:

⁶⁹ Além dos mandados de prisão das filhas de Ana Rodrigues, os inquisidores também fazem referência a outras correspondências enviadas em julho, agosto, novembro e dezembro de 1600 destinadas a realizações de diligência tocante a Bento Teixeira e pede o máximo de brevidade possível. Ainda que “viesse todos os papais que ficasse a casa de João Pereira de Sousa preso neste cárcere e que viessem as testemunhas ratificadas e que viesse as ratificações das testemunhas, de Antônio de Palma; e de Antônio Gomes [Livreiro]; e se lhe respondia ao secreto dos bens do dito João Pereira; e que proceda nas culpas de Luís de Castro Pacheco até ver recado desta Mesa né lhe levante a fiança”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 18, fls. 206v-207).

⁷⁰ Hierarquicamente falando, o mestre-escola (também denominado de mestre de primeiras letras) é inferior ao Chantre. Este último, um título eclesiástico, encarregado da direção dos coros nas igrejas e capelas. “A tradição musical, na Bahia, remota aos primeiros séculos de colonização e seus primórdios são contemporâneos do governo geral de Tomé de Souza [...]. Aos 4 de dezembro de 1551 foram criados na Sé de Salvador, por Carta d’El Rey, os cargos de Chantre e dois moços do côro [...]; estes últimos são indicados e nomeados pelo Bispo de Salvador já em 1552, a 17 de agosto [...]. O chantrado é preenchido somente no ano seguinte, pelo Capelão da Sé, Clérigo de Ordens de Evangelho Francisco de Vaccas [...] Régis Duprat, “A música na Bahia colonial”, Revista da USP, Vo. 30, No. 61. (São Paulo, 1965), p. 96.

⁷¹ O Vicente Rodrigues de Palha foi batizado na Sé de Salvador no dia 29 de janeiro de 1567 na Igreja da Sé da Bahia e em 27 de janeiro de 1599 tomou o hábito de São Francisco e professado três dias depois.

⁷² Prefácio do livro História do Brasil: Frei Vicente do Salvador. **História do Brasil**. Ed. revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

E confessando, disse que havia haverá cinquenta e dois anos que em Portugal no termo de Moura, uma ou duas vezes encantou os bichos de certo gado cujo dono lhe não lembra.

*O qual encantamento, era para os bichos caírem ao gado da maneira seguinte, tomava nove pedras do chão e dizia as palavras seguintes, “encanto bizandos com o diabo maior e com o menor, e estas palavras dizia nove vezes, e cada vez que as acabava de dizer lançava uma das ditas pedras para encontrar o lugar onde andava o gado, e desta culpa disse que pede perdão”.*⁷³

Mecia de Lemos, mãe do Frei Vicente, também aparece na documentação da primeira visitação, mas não para confessar, como seu marido havia feito, e sim citada na confissão de Madalena Pimentel, em 6 de fevereiro de 1592, que diz:

*[...] sendo ela moça de ove até onze anos, teve amizade tola e de pouco saber com outras moças de sua mesma idade, a saber Mícia de Lemos, que ora é casada com João Rodrigues Palha, morador nessa cidade, e com Íria Barbosa, moça parda que ora é casada com André Rodrigues, mameluco, morador em Peroaçu, e assim também com outra moça maior que ela, que parecia ser então de treze anos pouco mais ou menos, por nome Ana Fernandes, filha de Beatriz Eanes, a qual Ana Fernandes está nesta capitania e casada, mas não sabe em que freguesia, e com cada uma das sobreditas teve ajuntamento carnal ajuntando os vasos, alternadamente, ora uma debaixo, ao de cima, fazendo como se fora homem com mulher por muitas vezes em diversos tempos que não lhe lembra o número, porém nunca usaram de nenhum instrumento penetrante mais que somente com seus corpos.*⁷⁴

As histórias aqui relatadas talvez passassem despercebidas ou mesmo como quadro estatístico na comparação com os demais relatos. Mas se trata do envolvimento de duas pessoas que ficaram conhecidas, nem tanto pela inserção na sociedade, mas pelo que se

⁷³ Confissão de João Rodrigues Palha adaptada a partir de Capistrano de abreu (p. 158). Capistrano de Abreu, 1922., p 158. Consultar também Vainfa, 1997, p. 251.

⁷⁴ Confissão de Mecia de Lemos adaptada a partir de Capistrano de abreu (p. 158) Capistrano de Abreu, 1922, p 208. Consultar também Ronaldo Vainfa, 1997, p. 328.

tornou o seu filho mais velho, o Frei Vicente do Salvador. Em teoria dois delitos – encantamento e possível pacto com o dem nio e “atos torpes” entre quatro meninas na puberdade – que eram considerados gravíssimos pela Igreja da época, mas que foram confessados no tempo da Graça.

O conjunto documental herdado da Inquisição portuguesa, em particular do Tribunal de Lisboa⁷⁵ cuja jurisdição se estendia aos territórios da América portuguesa,   de grande valia para o estudo do período colonial, sobretudo referente ao primeiro século de colonização, em que fontes referentes às relações familiares são escassas. Porém,   importante ressaltar que mesmo sendo muito relevante a documentação disponível, sobretudo para a história social,   necessário atentar para a utilização de maneira criteriosa, levando em consideração até que ponto reflete, de maneira fiel, a história de vida de seus investigados. Nesse sentido concluímos com um trecho escrito por Carlo Ginzburg, no ensaio “O inquisidor como antropólogo”, quando analisa os processos dos *benandanti* e quais descrições feitas das batalhas noturnas que travavam com os bruxos:

Não   minha intenção afirmar que estes documentos são neutros ou transmitem informações objetivas. Devem ser lidos como o produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes nela envolvidas. Para a decifrar, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interação sutil, de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos [...]. Não há textos neutros; até mesmo um inventário notarial implica um código, que tem de ser decifrado: "Qualquer discurso indirecto" como dizia Jakobson, "  uma apropriação e uma remodelação de quem cita".⁷⁶

Considerando as observações acima expostas e tentando “desembaraçar o emaranhado de fios”, a nossa pretensão nesse artigo foi apresentar algumas fontes que possibilitem compreender além *domodus faciendi* do Santo Ofício português na Bahia quinhentista – com

⁷⁵ Destacamos no presente artigo alguns processos resultantes da primeira visitação do Santo Ofício Português e o primeiro livro de correspondência, contudo os fundos documentais dos tribunais de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa são bem volumosos. Em relação a Inquisição de Lisboa, importante destacar, que hoje já está digitalizado e disponibilizado no *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mais de 19 mil documentos, sendo 90% de processos inquisitoriais, dentre eles os sentenciados que saíram da América portuguesa.

⁷⁶ Carlo Ginzburg. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1991, p. 209.

Grayce Mayre Bonfim Souza

**Inquisição lusa em terras da Bahia de Todos os Santos:
documentação da primeira visitação a primeira década do
século XVII**

**Dossier *Historia del Brasil colonial: de las raíces históricas
al proceso de concienciación y crisis (siglos XVI-XIX)***

Número 47, diciembre 2021, pp. 127-150

DOI: <https://dx.doi.org/10.12795/Temas-Americanistas.2021.i47.08>

suas perseguições, agentes, ritos e métodos –, e também revelar vidas, desnudar relações cotidianas, religião e religiosidade, sociabilidade entre os grupos e aspectos econômicos e políticos.